



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638301 - PE (2021/0000580-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : SERGIO RICARDO DE SOUZA MENEZES
ADVOGADO : SERGIO RICARDO DE SOUZA MENEZES - PE019309
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : NUNO FILIPE TINOCO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NUNO FILIPE TINOCO ALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (HC s/n referente ao autos do Proc. n. 0010033-37.2019.8.17.0001 em trâmite na 2º Vara Criminal da Capital).

O paciente estava em prisão domiciliar, concedida em razão de estar acometido de câncer. Porém, teve o benefício revogado, uma vez que descumpriu as condições impostas ao sair reiteradamente do parâmetro domiciliar.

Alega o impetrante que o paciente teria saído do perímetro domiciliar apenas para ir ao hospital, farmácia e psicólogos, o que estaria supostamente autorizado a fazer de acordo com a decisão que concedeu a ele a prisão domiciliar. Invoca o art. 318 do Código de Processo Penal, segundo o qual o juiz poderá substituir a prisão preventiva por domiciliar quando o agente estiver extremamente debilitado por motivo de doença grave.

Requer, liminarmente e no mérito, o restabelecimento da prisão domiciliar, sem o uso de tornozeleira.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância

ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente